

AS DIRETRIZES CURRICULARES DA ABEPSS: DESAFIOS ATUAIS DA SUPERVISÃO PARA A CONCRETIZAÇÃO DO PERFIL PROFISSIONAL¹

*Cleusa Santos*²

RESUMO

O texto apresenta os principais eixos tratados nos cursos de extensão para capacitação profissional dos supervisores sobre as diretrizes curriculares em vigor para os cursos de Serviço Social no Brasil. Mostra o desenvolvimento histórico-social das diretrizes curriculares a partir da década de 1970 e dá visibilidade à função estratégica da supervisão, evidenciando o caráter político imanente da profissão. Em relação a esta dimensão política, vincula a função do supervisor – para o ensino da prática na formação profissional – ao projeto coletivo das entidades representativas da categoria profissional.

PALAVRAS-CHAVE: Supervisão, Formação Profissional, Dimensão Política, Diretrizes Curriculares.

I. INTRODUÇÃO

Este texto reúne as reflexões desenvolvidas nos cursos de extensão para capacitação profissional de supervisores de campo sobre o tema: *ABEPSS e as Diretrizes Curriculares para a formação profissional*. Em face da urgência e necessidade de ampliar o debate sobre as diretrizes curriculares, ocupamo-nos em

¹ Tratei de resumir aqui os apontamentos e estudos realizados para orientar as aulas ministradas nos anos de 2005, 2006, 2007, 2008 e 2009 nos Cursos de Extensão promovidos pela coordenação de Estágio da Escola de Serviço Social da UFRJ para os supervisores de campo. Esta é uma versão atualizada da comunicação apresentada no ENPESS de 2008 sob o título: A supervisão e os desafios para a intervenção profissional.

² Doutora em Serviço Social. Professora Associada da Escola de Serviço Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro e Coordenadora do Grupo de Pesquisa “Seguridade Social, Organismos Internacionais e Serviço Social” vinculado ao Núcleo de Pesquisa e Extensão sobre Poder Local, Políticas Urbanas e Serviço Social - LOCUSS/ESS. E-mail: cleusa@ess.ufrj.br.

demonstrar suas implicações para a formação profissional, priorizando as funções inerentes ao papel do supervisor e do aluno estagiário. Examinamos as atuais condições da supervisão e o papel das “novas” diretrizes na perspectiva histórica e pelas lentes teórico-metodológicas da tradição marxiana. Nessa direção, procuramos resgatar as principais contribuições que têm priorizado o debate sobre o ensino da prática³ (na sua dimensão pedagógica, socioeducativa e técnico-operativa) para vincular a relação dos instrumentos da ciência – como é o caso da pesquisa – ao processo de formação profissional.

Com estas finalidades, elaboramos uma breve reflexão sobre a importância do Estágio Supervisionado para a garantia de uma formação profissional comprometida com a defesa dos direitos no sentido de desvendar a mediação entre a função do supervisor – sujeito singular – e o sujeito coletivo do projeto profissional – a ABEPSS, o conjunto CFESS/CRESS e a ENESSO.

Para isso, são recuperados os aspectos histórico-sociais e ídeo-políticos da formação profissional de modo a contribuir para avançar na análise da dimensão política da supervisão, através de algumas indicações do quadro de referências da construção sociohistórica das diretrizes curriculares; do Código de Ética Profissional e da Lei de Regulamentação da Profissão (Lei 8662/93).

De forma sucinta, demonstraremos o desenvolvimento histórico-social das diretrizes curriculares a partir da década de 1970⁴ e sustentaremos a tese de que a supervisão, quando fundamentada nas diretrizes curriculares, se põe como uma função

³ Conforme mostra Iamamoto (p. 198): “O ensino da prática profissional não pode reduzir-se à mera reiteração do perfil profissional consolidado, como também não pode conduzir à diluição das particularidades da profissão na militância política”.

⁴ Por motivos que não cabem neste texto, não aprofundaremos esta discussão.

estratégica do exercício profissional. Tal procedimento pretende explicitar o caráter político imanente da profissão⁵, situando-a na particularidade da supervisão.

II - O PONTO DE PARTIDA DO SERVIÇO SOCIAL

Entendemos que o desenvolvimento profissional é um fenômeno histórico de caráter contraditório, sendo a atividade profissional determinada pela maneira como se organiza a sociedade e pelo resultado da atuação da categoria profissional.

Neste sentido, tratar a dimensão política da supervisão no atual contexto histórico é reconhecer as dificuldades apresentadas na conjuntura atual – considerando tanto as mudanças estruturais do sistema capitalista, suas estratégias políticas, e os impactos na profissão, quanto as reformas modernizantes e neoliberais, principalmente as financeiras, iniciadas no Brasil em finais dos anos 1980 e que tiveram impactos no mundo do trabalho. Alguns exemplos desses impactos podem ser encontrados no cerco aos direitos adquiridos pelos trabalhadores, redução dos salários, dos encargos trabalhistas, enfim, de todos os direitos adquiridos pelos trabalhadores, assim como nos gastos dos empregadores e do Estado, reduzindo o número de empregos, flexibilizando e precarizando o mercado de trabalho.

Tais impactos redesenham alguns eixos nucleares da formação profissional, particularmente aqueles voltados para o ensino da prática profissional, como é o caso da supervisão, desafiando a orientação política de uma prática profissional vinculada com a

⁵ Afirmei em outro lugar que a dimensão política da prática profissional “refere-se, portanto, a mais que escolhas dos profissionais e da conjuntura, à uma *cultura socioprofissional*, estruturada a partir do pensamento conservador e seu projeto de reforma social, que só é compreensível *como uma resposta teórica e política ao movimento socialista*. Portanto, essa profissão que se constitui no seio da contradição capital X trabalho, possui, mesmo que contra vontade, a inerência de um posicionamento político. A síntese das minhas ideias é a seguinte: constituindo-se como expressão do conservadorismo, o Serviço Social só tem a sua dimensão política determinável se compreendermos o conservadorismo *em vinculação com o seu antagonismo ao movimento socialista*; quando procura romper com o conservadorismo, assumindo-se expressamente como intervenção profissional que faz opções políticas” (SANTOS,1998).

perspectiva de classe, da cidadania e com o aprofundamento da democratização da vida social contribuindo “para o processo de construção de um novo bloco histórico na sociedade, com a hegemonia daqueles que criam a riqueza e dela não se apropriam” (IAMAMOTO, 2002, p. 130).

Para compreender a dimensão política da supervisão deve-se partir da relação entre a função do supervisor com os organismos políticos da categoria profissional (ABEPSS, o CFESS/CRESS e a ENESSO), uma vez que sua participação na construção de um perfil profissional⁶ é resultante de sua adesão às diretrizes curriculares que orientam o projeto pedagógico dos cursos de Serviço Social⁷. Elas se tornam o eixo fundamental da supervisão orientando, portanto, as atribuições previstas na legislação profissional para o exercício de uma prática comprometida com um projeto de profissão que se materializa nestas legislações⁸.

De fato, a supervisão é uma das atribuições privativas previstas na Lei 8.662/93 que regulamentam a profissão, artigo 5º, inciso VI: “treinamento, avaliação e supervisão direta de estagiários de Serviço Social” e “deverá *será feita conjuntamente por professor supervisor e por profissional do campo, com base em planos de estágio elaborados em conjunto pelas unidades de ensino e organizações que oferecem estágio*”. É claro que os ideais em torno dos quais o projeto profissional se articula são aqueles comprometidos com os interesses históricos das classes trabalhadoras e

6 O currículo em vigência supõe a formação de um profissional que atue nas expressões da questão social, formulando e implementando propostas para seu enfrentamento, por meio de políticas sociais públicas, empresariais, de organizações da sociedade civil e movimentos sociais; seja dotado de formação intelectual e cultural generalista crítica, competente em sua área de desempenho, disponha de capacidade de inserção criativa e propositiva, no conjunto das relações sociais e no mercado de trabalho e seja comprometido com os valores e princípios norteadores do Código de Ética do Assistente Social.

⁷ Não se deve esquecer que a partir de 2001, o novo currículo implantado em todas as unidades de ensino define o estágio supervisionado como atividade curricular obrigatória e destaca seu significado no processo de formação profissional do assistente social.

⁸ Conforme palestra proferida por Ivanete Boschetti no Seminário Nacional de Capacitação das COFIs, em Brasília-DF, abril de 2007.

reafirmam, através do Código de Ética de 1986, a dimensão política da prática profissional.

Percebemos que para explicar a dimensão política desses ideais devemos fazer uma digressão história da ABEPSS, pois o projeto profissional em curso é a conclusão de um processo histórico que não começa na década de 1990. Neste sentido, destaca-se, do ponto de vista dos currículos, que os anos 1970⁹ evidenciam a Reconceituação (que permitiu avançar em direção à superação do conservadorismo). Nos anos 1980, a Renovação, denominada “intenção de ruptura” (cf. NETTO, 1991)¹⁰, possibilitou a incorporação do marxismo e, nos anos 1990, houve a consolidação desse processo.

Muitos estudiosos apontam a década de 1970 como o início de um processo que deu origem ao currículo vigente. Destacam como principais representantes a ABEPSS e CEDEPSS que possibilitaram a democratização do debate e a socialização do pensamento das escolas e dos profissionais. Nesta fase, nasce uma tendência teórico-cultural profissional que situa o Serviço Social como especialização do trabalho coletivo, inscrito na divisão social e técnica do trabalho, concebendo sua finalidade na capacidade de atuar na dinâmica das relações entre o Estado e a sociedade civil exigindo, portanto, funções investigativas frente à realidade.

Recorde-se que foi através de uma ampla pesquisa sobre formação profissional que o novo currículo de 1984 foi estruturado. Ele expressou um processo de renovação tendo como elementos constitutivos a produção teórica, a organização

⁹ As experiências nesta década podem ser assim sumariadas: 1973 – Convenções de São Luiz onde ocorreu apresentação da experiência do Curso de Belo Horizonte (Método BH); 1976 Convenção de Piracicaba – Início da revisão curricular e 1979 – Convenção de Natal – Aprovação da proposta do novo currículo de Serviço social e que foi implementado a partir de 1982.

¹⁰ Estes processos foram largamente tratados na bibliografia do Serviço Social, particularmente, nas produções de Iamamoto e Netto.

política da categoria, as reflexões éticas e não menos relevante, a ampliação das pesquisas. Tudo isto possibilitou a superação do antigo currículo.

Naquela fase de grave crise econômica e rearticulação da sociedade civil, a necessidade de revisão acerca dos objetivos, conteúdo e da função social da formação profissional, era imperativa. Daí a identificação do Serviço Social como uma atividade inscrita na divisão sociotécnica do trabalho e historicamente determinada; o entendimento de que o fundamento da profissão é a compreensão crítica e não estática da realidade social; o compromisso político com a classe trabalhadora e a legitimação da prática.

Sobre esta legitimação destacamos que as mudanças nos processos de legitimação profissional acompanham as transformações sociais, econômicas e políticas da sociedade pois a dimensão política do Serviço Social não pode ser tomada como relação de exterioridade. Ela é dotada de objetividade, ou seja: a profissão é uma especialização do trabalho social inscrita na divisão social e técnica do trabalho, quando se considera a determinação sociohistórica da estrutura econômica da sociedade burguesa¹¹. Por outro lado, sua subjetividade se revela no desenvolvimento das condições que possibilitam uma vinculação consciente entre o nível técnico e o nível político expresso na requisição de um assistente social como um tipo particular de intelectual¹².

Se nos anos 1970 a Reconceituação tornou-se o marco para a tentativa de ruptura do Serviço Social crítico com do Serviço Social tradicional¹³ - propiciando um amplo e vigoroso debate em torno das perspectivas teórico-ideológicas que sustentavam a formação profissional até os anos de 1970 – os anos 1980, época de redemocratização

¹¹ Refiro-me aqui ao estudo de Yamamoto sobre o significado dos Serviços Sociais, in *Relações Sociais e Serviço Social no Brasil*.

¹² Segundo Netto (1991, p. 303) tal requisição, envolve "exigências teóricas mais rigorosas".

¹³ Na minha compreensão, o Serviço Social "crítico" só esclarece sua dimensão política quando considera a questão social como um espaço de atuação repleto de relações políticas e contraditórias.

da sociedade brasileira, serviram de base para a construção de uma nova Proposta de Diretrizes Gerais para o Curso de Serviço Social, reorientando assim, a formação profissional dos assistentes sociais.

Observou Iamamoto (2003) que, naquelas duas décadas, o Serviço Social deu um salto qualitativo em sua autoqualificação, uma vez que houve alterações no ensino universitário, expansão do acervo bibliográfico, produções científicas e aumento das publicações do Serviço Social. Já nos anos 1990 a categoria conseguiu maior expressão com pesquisadores reconhecidos pelas agências de fomento: ampliou-se o debate em torno das políticas públicas, possibilitando o adensamento e o fortalecimento de seu autorreconhecimento. Dessa forma, a transição para o currículo dos anos 1990 exigiu dos organismos representativos da categoria profissional uma maior aproximação com a intervenção (prática) profissional.

Além disso, impôs-se uma revisão crítica¹⁴ dos elementos que levaram ao **teoricismo**, o qual possibilitou uma “apropriação teórico-metodológica no campo das grandes matrizes do pensamento social [que] permitiria a descoberta de novos caminhos para o exercício profissional”; ao **politicismo**, através do “engajamento político nos movimentos organizados da sociedade e nas instâncias de representação da categoria e do **tecnicismo** – cujo aperfeiçoamento técnico-operativo mostra-se como uma exigência para uma inserção qualificada do profissional no mercado de trabalho”.

No âmbito da supervisão, o debate de então apontou para a exigência de aperfeiçoamento dos profissionais, sendo comum aos analistas constatarem a ausência

¹⁴ Basta verificar na “Proposta básica para o projeto de formação profissional” (revista Serviço Social & Sociedade número 50, há o reconhecimento de que “o privilégio do conhecimento teórico-metodológico realizou-se sem as mediações históricas necessárias à apreensão das problemáticas cotidianas com as quais trabalha o Serviço Social, tematizando-as como expressões particulares de um movimento mais geral” (1996, p. 150).

do tema da supervisão no debate teórico¹⁵ da categoria profissional. Apontavam para a necessidade de discuti-la a partir da sua função pedagógica e socioeducativa, uma vez que tais requisições vinham se constituído no centro analítico das reflexões sobre o assunto, evidenciando não só a “elementar”¹⁶ relação entre teoria e prática, entre políticas sociais e assistenciais, a realização de direitos elementares dos subalternos nas perspectivas da ruptura. Destacavam, porém, uma dimensão pouco observada no que diz respeito à capacidade de intervenção dos assistentes sociais: a prestação dos serviços assistenciais na qual a dimensão socioeducativa se concretiza. Talvez por isto, mais do que discutir a supervisão em si, percebeu-se a necessidade de se consolidar o reconhecimento da dimensão política da profissão como instância de intervenção profissional.

Sob tais condições, a dimensão política deve estar articulada aos interesses dos setores majoritários da sociedade (a classe trabalhadora). Neste sentido, o projeto ético-político, articulado ao projeto profissional exige do profissional um posicionamento firme na defesa do compromisso com a autonomia, a emancipação e a plena expansão dos indivíduos sociais no sentido da liberdade como valor ético central. Entretanto, a concretização desses princípios requer fundamentos teóricos e metodológicos capazes de instrumentalizar o profissional para a análise da realidade social.

Assim compreendida, a supervisão é, pois, uma mediação entre o conteúdo apreendido no processo da formação acadêmica e os dados extraídos da realidade social. Ela exige do assistente social

¹⁵ Num ensaio sobre o assunto, Toledo sinaliza que “nem mesmo o Movimento de Reconceituação produziu muito sobre este tema” e indica que o CRAS 15 criou a comissão de Supervisão e Estágio, cujo objetivo era “[...] pensar acerca do assunto e propor a normatização do exercício da supervisão e credenciamento de Instituições Campos de estágio” (TOLEDO, 1984, p. 68).

¹⁶ Penso que este debate já foi superado no bojo da categoria profissional uma vez que pensar a necessidade da existência da academia para a formação profissional é pensar a superação do messianismo da profissão.

capacidade de identificação, análise e encaminhamento efetivo das atividades profissionais de planejamento e implementação das políticas sociais específicas e, em especial, da prestação de serviços sociais, zelando pela sua qualidade, abrangência e provimento de recursos. Implica, ainda, o reconhecimento do componente político-pedagógico da ação profissional, na medida em que a prática contém uma dimensão sócio-educativa cujos efeitos incidem na esfera ética e político-ideológica, muitas vezes, não passíveis de verificação empírica imediata. Tais efeitos, que se expressam no campo cultural e simbólico, embora não imediatamente perceptíveis, rebatem nos sujeitos sobre os quais recai a ação profissional (IAMAMOTO, 2002, p. 203).

A supervisão, além do ensino da prática no processo de formação profissional na universidade tem, também, um caráter técnico-instrumental, cujos aspectos ideológicos podem evidenciar a dimensão política desta função. O essencial é se compreender que o trabalho e a questão social, eixos centrais das diretrizes curriculares da formação profissional não resultam do acaso. Eles constituem uma orientação ideológica e política voltada para um projeto social que assinala a necessidade de uma direção social (ético-política) para o projeto pedagógico das escolas de Serviço Social¹⁷ ao qual o ensino da prática está vinculado.

II. Trabalho e questão social: os aspectos ideo-políticos dos eixos centrais da formação profissional

Entendo que a questão social impõe um selo político ao fazer profissional¹⁸. Ela constitui-se na contradição fundamental do modo de produção capitalista que está

¹⁷ Sabe-se que não há um único projeto profissional entre os assistentes sociais brasileiros.

¹⁸ Conforme já tivemos oportunidade de registrar (SANTOS, 1998).

Revista Serviço Social & Saúde. UNICAMP Campinas, v. IX, n. 10, Dez. 2010

fundada na produção coletiva e na apropriação privada da riqueza social. Já o trabalho é a categoria central para se entender a constituição da vida social e da profissão.

O trabalho, portanto, explica tanto a condição da profissão - constituir-se como uma especialização do trabalho coletivo - quanto o de ele ser uma atividade prático-concreta que transforma a natureza ao mesmo tempo em que o homem, nesta atividade, se autotransforma. Este processo possibilitou a descoberta de novas capacidades e qualidades humanas que descortinou a via para o entendimento do trabalho como um elemento constitutivo do ser social, revelando as dimensões objetiva e subjetiva da prática social enquanto dimensão da práxis, isto é, enquanto atividade humana.

Neste contexto, a questão social e o trabalho surgem se se tem como base a crítica ao patrimônio teórico-cultural da tradição intelectual do pensamento conservador. Sobre isto, Netto mostra que nesta tradição intelectual subjaz um estilo de pensar que é a autoexpressão ideal do ser social burguês e que sua base positivista tem como princípio central a equalização do social à natureza.

Assim, ao explicar este processo, o autor aponta dois elementos centrais que irão rebater na perspectiva de individualização dos problemas sociais. Tanto a individualização dos problemas sociais, assentada no tratamento moral da questão social – redundando no processo de psicologização das relações sociais - quanto a moralização da “questão social” estão na base da relação público/privado. Mostra, também, que a esta psicologização o positivismo acrescentou a sua perspectiva de naturalização. Para ele, a naturalização da questão social se estabelece na incapacidade dos sujeitos para direcionarem a sua vida. Ela remete à deseconomização (abstração do conteúdo) e desistorização (as questões são abstraídas do contexto e das relações que as engendram) da questão social.

O autor refere-se à naturalização para designar a concepção de moral de que se serve a sociologia durkheimiana ao estudar a questão social como “fato social” e transformá-la em “coisa”. Destaca que a esfera da moral é uma mediação necessária ao controle social, pois ela garante a reprodução social. Portanto, a **moralização** dos problemas sociais está baseada numa concepção do processo social não como espaço dinâmico de lutas de classes, mas sim através da conversão dos problemas sociais em disfunções sociais, em patologias sociais. Nesta concepção, os indivíduos são estigmatizados moralmente e considerados “desviantes”.

Neste sentido, a compreensão da realidade social como processo histórico, desenvolvido fundamentalmente pelas lutas de classe e que têm centralidade na categoria trabalho e nas contradições capital/trabalho reproduzindo tanto a sua dinâmica e estrutura (positividade) quanto contendo sua negação se põe como condição para os assistentes sociais, particularmente aos supervisores, uma vez que a reflexão sobre o exercício profissional e postura investigativa da realidade social não derivam apenas da teoria, mas, sobretudo, da dinâmica institucional.

Portanto, reconhecer o caráter da pesquisa e do espírito investigativo como condições essenciais ao exercício profissional invoca um duplo desafio para a formação do assistente social: entender a gênese da questão social e as situações particulares e fenômenos singulares que são confrontados no mercado de trabalho¹⁹.

¹⁹ É importante destacar que a ABEPSS reconhece, na sua proposta de currículo mínimo, a investigação e a capacitação continuada dos profissionais e professores para a qualificação de Assistentes Sociais conciliados com os novos tempos.

III. CONCLUSÃO

Como síntese da experiência com os supervisores, considerou-se como relevante a demanda pela constituição de um Fórum de Supervisores²⁰ que nasce quando “os assistentes sociais percebem a dimensão política de sua prática e a necessidade de que a formação profissional se afine com uma direção social estratégica específica”. Desde meados dos anos 1980 emergem “ações no sentido de concretizar espaços como esse” [...] para “se constituir enquanto um fórum importante de organização política dos profissionais para o enfrentamento das questões relativas à formação profissional, em especial àquelas vinculadas ao Estágio como um momento privilegiado do “ensino da prática”.

Mediar essa relação que vai além dos limites acadêmicos, parece ser um dos grandes desafios das entidades organizativas, particularmente da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social.

Nesse contexto, ocorre avanço significativo no âmbito da ABEPSS que, ao longo da gestão 2009–2010, conclui, a partir dos resultados da pesquisa realizada sobre as Diretrizes Curriculares, que a Política Nacional de Estágio (PNE) permitirá “balizar os processos de mediação teórico-prática na integralidade da formação profissional do assistente social” (2010, p. 1). Todavia, este prognóstico carece de tempo para sua verificação.

²⁰ Proposta elaborada em novembro de 2005 pela ABEPSS/Região Leste, CRESS/ 6ª região, CRESS/7ª região, CRESS/17ª região e que centrou seus objetivos em: Propiciar a organização dos profissionais para o enfrentamento das questões relativas à formação profissional e estágio; Fomentar a discussão sobre o estágio em Serviço Social, tomando como referências formais: as diretrizes curriculares em vigor, a lei de regulamentação 8662/93, o Código de Ética Profissional, a legislação nacional referente a estágio, o parecer jurídico 012/98 do CFESS e a política nacional de fiscalização, com vistas a apontar diretrizes norteadoras para a criação de uma Política Nacional de Estágio; contribuir para o aprimoramento do processo de formação profissional.

ABSTRACT

This text presents the themes dealt with at the extension courses related to the professional training for supervisors on the syllabus of the Social Work courses in Brazil. It shows the historical and social development of the syllabus since the 1970s and highlights the political and strategic function of the supervision. It relates the political character for the teaching of the practice in the profession training to the comprehensive project of the representative bodies of the professionals.

KEYWORDS: Supervision, Professional Training, Political Dimension, Syllabuses

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ENSINO E PESQUISA EM SERVIÇO SOCIAL.

Revista Temporalis. Brasília: ABEPSS, Grafline. Ano 2, nº 3, jan. a jul. 2001.88 p.

BEHRING, E.R., BOSCHETTI, I. Projeto ético-político do Serviço Social e política social. In: BEHRING, E. R., BOSCHETTI, I. **Política Social: fundamentos e história.** São Paulo: Cortez, 2006.

IAMAMOTO, M.V. O significado dos Serviços Sociais. In: IAMAMOTO, M.V.

Relações Sociais e Serviço Social no Brasil. São Paulo: Cortez - Celats, 1983.

_____. **O Serviço Social na Contemporaneidade:** trabalho e formação profissional. São Paulo, Cortez, 1998.

_____. O trabalho do Assistente Social frente às mudanças do padrão de acumulação e de regulação social. In: CFESS/ABEPSS/CEAD/UNB. **Capacitação em Serviço Social e Política Social – Crise contemporânea, questão social e Serviço Social, Módulo 01,** Brasília, 1999.

_____. Serviço Social brasileiro e a articulação Latino Americana. **Revista Temporalis.** Porto Alegre: ABEPSS. Ano 4, nº 7, p. 102-11. jan. a jun. 2003.

NETTO, J. P. Serviço Social e tradição marxista. **Serviço Social & Sociedade**, n° 30, São Paulo: Cortez, ano X, abril de 1989, pp. 89 – 91.

_____. Transformações societárias e Serviço Social – notas para uma análise prospectiva da profissão no Brasil. **Serviço Social & Sociedade**. São Paulo, Cortez, n° 50, 1998.

_____. A construção do projeto ético-político do Serviço Social frente à crise contemporânea. In: CEAD/UNB. **Capacitação em Serviço Social e Política Social**. Módulo I, 1999.

_____. O Movimento de Reconceitualização: 40 anos depois. **Serviço Social & Sociedade**. São Paulo: Cortez, n° 84, 2005.

CFESS. Serviço Social a caminho do século XXI: o protagonismo ético-político do conjunto CFESS-CRESS. In: **Serviço Social & Sociedade**. São Paulo, Cortez, n° 50, 1996.

KAMEYAMA, N. A trajetória da produção de conhecimento em Serviço Social: avanços e tendências (1975 – 1997). **Cadernos ABESS**, n.º 08, São Paulo, Cortez, 1998.

SANTOS, C. **Reforma/Revolução - polos de tensão na constituição do movimento socialista**, mimeo, PUC-São Paulo, 1998.

_____. A supervisão e os desafios para a intervenção profissional. In: **XI Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social (XI ENPESS)**, 2008, São Luis - MA. ABEPSS. CD- ROOM, 2008.